

EXEMPLOS DE LEGISLAÇÃO EFICAZ ANTIFUMO

A Framework Convention on Tobacco Control (FCTC), o tratado internacional de controle do tabaco, exige que todos os países ratificantes adotem políticas eficazes antifumo. Mais de 150 países ratificaram a FCTC e têm, portanto, o compromisso legal de adotarem políticas eficazes antifumo.¹ O órgão que governa a FCTC, a Conferência das partes, adotou diretrizes a serem seguidas pelos países para elaboração e implementação de políticas antifumo que estejam de acordo com as exigências do tratado.² Essas diretrizes da FCTC³ fornecem extenso aconselhamento, incluindo os seguintes aspectos:

Uma legislação eficaz antifumo:

➤ **É abrangente**

Uma legislação eficaz antifumo deve proibir totalmente o cigarro em:

- Locais fechados de trabalho
- Locais fechados abertos ao público
- Todas as partes de transportes públicos
- Locais abertos situados a determinadas distâncias de portas e janelas
- Outros locais públicos convenientes.

➤ **Define termos-chave**

A legislação antifumo claramente define todos os termos-chave usados na legislação, incluindo:

- Locais Públicos. Locais públicos devem ser amplamente definidos e incluir todos os locais acessíveis ao público ou locais de uso coletivo.
- Locais de trabalho. A definição de locais de trabalho deve incluir todas as dependências de qualquer local onde trabalho seja executado.
- Locais fechados. Locais fechados devem ser definidos de forma a deixar claro se o fumo é proibido ou permitido em locais parcialmente fechados; como por exemplo, qualquer espaço coberto por um teto ou fechado por uma ou mais paredes ou lados, feito de qualquer material, seja temporário ou permanente.
- Transporte. Transporte deve ser definido de forma a incluir qualquer meio de transporte pago.

➤ **Pune o não-Cumprimento**

A legislação deve fornecer claras penalidades para cada pessoa ou entidade que não cumprir com suas obrigações. Penalidades para o não-cumprimento devem ser:

- Proporcionais à violação.
- Proporcionais à obrigação imposta pela legislação.
- Progressivamente mais severas para com violações repetidas.

➤ **Favorece seu cumprimento**

A legislação antifumo deve incluir detalhes sobre o cumprimento por:

- Claramente afirmar as responsabilidades de diferentes ministérios ou agências.
- Coordenação entre seus ministérios ou agências.
- Permitir que organizações da sociedade civil e os cidadãos individualmente busquem ajuda judicial para que a legislação seja cumprida.

O que deve ser evitado na elaboração de uma legislação antifumo

X Exceções que permitam ventilação separada. Não existe nível seguro de exposição à fumaça de tabaco, e ventilação separada não elimina a fumaça do tabaco. Empresas que gastaram com as instalações de sistemas de ventilação se oporão a futuros esforços na direção de uma lei completa antifumo.

X Falta de explicações ou de clareza nas definições da lei. É importante que todos os termos-chave da lei sejam claramente definidos. Favor consultar a seção sobre Modelos de Legislação Antifumo para exemplos de definições.

X Fornecer uma lista ilustrativa de locais públicos ou de trabalho. Listas criam ambigüidade sobre qualquer lugar não listado e podem levar a desafios legais para a legislação.

X Criação de uma obrigação sem uma penalidade correspondente ao seu não-cumprimento. Cada indivíduo ou entidade que for obrigada a fazer ou deixar de fazer alguma coisa sob a legislação deve enfrentar uma penalidade por não-cumprimento.

X Imposição de pequenas multas apenas, ou da mesma multa contra a pessoa que controla as dependências do que a utilizada contra o fumante. O proprietário das dependências possui mais controle e, portanto, uma maior obrigação do que a dos fumantes individuais. Outras penalidades tais como sanções a licenças comerciais, podem ser poderosas ferramentas de cumprimento da lei.

Modelos de Cláusulas Legislativas Antifumo

As condições-modelo abaixo incorporam elementos essenciais para o sucesso de leis antifumo: proibição total do fumo em locais fechados ou parcialmente fechados, locais de trabalho e transportes públicos; definições de termos-chave; clara imposição de obrigações com as penalidades correspondentes pelo não-cumprimento destas; e mandatos para seu cumprimento. As condições-modelo devem ser um ponto de partida para elaboração legislativa, reconhecendo que estas precisarão ser adaptadas de forma a se adequarem ao sistema legal, os costumes e as realidades de cada país.

1. Definições

- (a) *'fechado'* ou *'interno'* significa coberto por um teto ou estrutura similar a um teto, ou uma ou mais paredes ou lados feitos de qualquer material, seja permanente ou temporário.
- (b) *'meios de transporte público'* significa qualquer forma ou modo de transporte que carregue passageiros em troca de lucro ou remuneração, seja localmente, entre locais dentro de um mesmo país, ou internacionalmente.
- (c) *'Ministro'* refere-se ao Ministro da Saúde ou indivíduo por ele designado.
- (d) *'pessoa'* refere-se a qualquer indivíduo ou entidade que possua uma identidade legal.
- (e) *'pessoa responsável pelas premissas'* significa a pessoa que tem o controle ou responsabilidade pelas premissas ou meios de transporte público, ou empregador, conforme aplicável, e qualquer agente ou indivíduo designado por essa pessoa.
- (f) *'local público'* refere-se a qualquer local fixo ou móvel para o qual membros do público em geral costumam ter acesso por convite expresso ou implícito.
- (g) *'Fumar'* significa inalar, exalar ou manusear um produto de tabaco que produza quaisquer emissões.
- (h) *'local de trabalho'* refere-se a quaisquer locais onde trabalhadores, não importando se forem empregados, contratantes ou voluntários, executam trabalho ou uso conseqüente de seu trabalho. Veículos utilizados para o trabalho devem ser considerados locais de trabalho.

2. Direito de estar livre da exposição ao fumo de tabaco.

Todas as pessoas têm o direito de estar livre da exposição involuntária ao fumo de tabaco.

3. Proibição do fumo em locais públicos fechados, locais de trabalho, e meios de transportes públicos.

- (a) Indivíduo nenhum deve fumar em qualquer parte dos seguintes locais fechados:
 - a. local de trabalho;
 - b. local público; ou
 - c. meios de transporte público.
- (b) Indivíduo nenhum deve fumar num raio de ____ metros de qualquer porta ou passagem dos lugares mencionados na subcláusula, ou qualquer local aberto de espera.
- (c) Indivíduo nenhum deve fumar nas dependências externas de qualquer local público ou de trabalho que primariamente sirva a menores de ____ anos de idade, ou em qualquer local público externo onde haja concentração de menores.

- (d) Nenhum indivíduo deve fumar em qualquer estádio ou espaço semelhante lotado, ou qualquer local externo especificado pelo Ministro.

4. Avisos de 'não fumar'.

O indivíduo responsável pelo local deve colocar avisos afirmando claramente que é proibido fumar, conforme prescrito pelo Ministro. Os avisos devem obedecer a exigências prescritas pelo Ministro quanto ao seu conteúdo, desenho, tamanho, exibição e qualquer outra particularidade. O Ministro pode exigir que a sinalização seja padronizada.

5. Obrigações sob a lei.

- (a) Deve ser obrigação da pessoa responsável pelas dependências dar todos os passos razoáveis para garantir que nenhum indivíduo fume em violação às condições deste Ato. Dar os passos razoáveis inclui pedir a um indivíduo infrator que pare de fumar; exigir que o infrator que continua a fumar deixe o local; recusar serviços que não este; no caso de um funcionário, impor medidas disciplinares adequadas; e buscar assistência legal para o cumprimento da lei, caso seja necessário.
- (b) O indivíduo responsável pelo local ou meio de transporte público deve garantir que não haja nenhum cinzeiro em qualquer área fechada.
- (c) Nenhum indivíduo deve retaliar contra qualquer pessoa que afirme seu direito a um ambiente livre de fumo, ou que relate uma violação.

6. Sanções pelo não-cumprimento

Qualquer indivíduo que viole qualquer condição deste Ato deve estar sujeito a uma multa, concessão de sanção, e/ou sanção criminal, conforme aplicável, de acordo com as condições nos regulamentos.

7. Aplicação

_____ deve ter o dever de inspecionar e tomar atitudes de aplicação de acordo com este Ato. [Especificar quais ministérios/agências são responsáveis por que tipo de local, caso mais de um seja designado como a agência responsável pela inspeção e aplicação.]

8. Processos de Cidadãos

Qualquer indivíduo pode levar uma ação perante a Corte correspondente contra qualquer pessoa, incluindo qualquer oficial ou agência governamental, que alegadamente tenha violado qualquer condição, ou deixado de cumprir qualquer obrigação sob este Ato. Não deve ser necessário provar danos causados pela violação alegada.

- (a) Qualquer ação instituída sob as condições desta seção devem ser isentos de taxas que, de outra forma, possam ser exigidas para instituir uma ação.
- (b) Onde estiver estabelecido que a ação apresentada sob esta seção reafirma uma ou mais reivindicações que possam ser distorcidas, o indivíduo que apresenta a ação deverá ter o direito de recuperar quaisquer custos decorrentes da apresentação da ação e todas as taxas razoáveis dos promotores.
- (c) Onde uma violação for estabelecida numa ação apresentada a esta seção, a Corte pode conceder auxílio compulsório, danos estatutários, e qualquer outra indenização que a Corte julgue apropriada.

Links para amostras de legislação⁴

1. References to the national and sub-national legislations currently in force that most closely conform to best practice:

(a) United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, Health Act 2006,
<http://www.opsi.gov.uk/acts/acts2006/20060028.htm>

(b) New Zealand, Smoke-free Environments Amendment Act 2003,
http://www.legislation.govt.nz/browse_vw.asp?content-set=pal_statutes

(c) Norway, Act No. 14 of 9 March 1973 relating to Prevention of the Harmful Effects of Tobacco,
<http://odin.dep.no/hod/engelsk/regelverk/p20042245/042041-990030/dok-bn.html>
(It should be noted however that the option of smoking sections is not recommended by the FCTC guidelines or by the World Health Organization.)

(d) Scotland, Smoking, Health and Social Care (Scotland) Act 2005,
<http://www.opsi.gov.uk/legislation/scotland/acts2005/20050013.htm>
Regulations: <http://www.opsi.gov.uk/si/si2006/20061115.htm>

(e) Uruguay, <http://www.globalsmokefreepartnership.org/files/132.doc>

(f) Ireland, Public Health (Tobacco) (Amendment) Act 2004,
<http://193.178.1.79/2004/en/act/pub/0006/index.html>

(g) Bermuda, Tobacco Products (Public Health) Amendment Act 2005,
<http://www.globalsmokefreepartnership.org/files/139.DOC>

¹ World Health Organization (5 October 2007). Updated Status of the WHO Framework Convention on Tobacco Control. Available at <http://www.who.int/tobacco/framework/countrylist/en/index.html>. Accessed on 11.09.2007

² 'Adoption of the guidelines for implementation of Article 8'. World Health Organization, Conference of the Parties to the WHO Framework Convention on Tobacco Control, second session, decision FCTC/COP2(7). Available online at: http://www.who.int/gb/fctc/PDF/cop2/FCTC_COP2_DIV9-en.pdf. Accessed 11.09.07

³ 'Adoption of the guidelines for implementation of Article 8'. World Health Organization, Conference of the Parties to the WHO Framework Convention on Tobacco Control, second session, decision FCTC/COP2(7). Available online at: http://www.who.int/gb/fctc/PDF/cop2/FCTC_COP2_DIV9-en.pdf. Accessed 11.09.07

⁴ Annex 2 – Links to sample legislation and resource documents. 'Adoption of the guidelines for implementation of Article 8'. World Health Organization, Conference of the Parties to the WHO Framework Convention on Tobacco Control, second session, decision FCTC/COP2(7). Available online at: http://www.who.int/gb/fctc/PDF/cop2/FCTC_COP2_17P-en.pdf. Accessed 11.01.07